**AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS DENTRO E FORA
DA NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO
DE PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS E RACIAIS**

Jackeline Barcelos Corrêa (UENF)

jack.barcelos1@hotmail.com

Thiago Azevedo da Silva (UENF)

professorthiagoazevedo@hotmail.com

Amaro Sebastião de Souza Quintino (UENF)

amarotiao@yahoo.com.br

Peterson Gonçalves Teixeira (UENF)

petersongoncalvesteixeira@gmail.com

RESUMO

A temática sobre o uso das múltiplas linguagens dentro e fora da escola como instrumento de intimidação e preconceitos exige que se tenha como ponto de vista inicial, a convicção de que a problemática da violência vem sendo apresentada em nossa sociedade, e vem adquirindo cada vez mais importância e dramaticidade. O objetivo desta pesquisa é fomentar uma reflexão acerca das diferentes linguagens dentro e fora da escola, com a finalidade de contribuir para a efetiva conscientização e aplicação de uma pedagogia de uma educação dialógica fundamentada em novas reflexões sobre o tema. O presente estudo, de natureza qualitativa, dispõe-se a interpretar fenômenos, oferecendo atribuições e significados num processo que se caracteriza como descritivo, pois visa delinear as características do fenômeno dos diferentes tipos de violência, esclarecidas após revisão bibliográfica (GIL, 2012). As análises realizadas no presente estudo se deram com a finalidade de verificar como as ideias sobre o fenômeno da violência física, verbal e simbólica se propagaram na escola, perpassando pelo preconceito linguístico e racial. A proposta não é criticar a situação atual de ensino, mas verificar lacunas existentes na banalização das linguagens violentas de silenciamento, praticadas na escola. Considera-se que as múltiplas linguagens mediadas nas escolas precisam vencer o preconceito/racismo, e que podem e devem fazer parte do planejamento do professor, bem como esclarecimentos e estudos sobre a sociolinguística e o preconceito linguístico. Em busca de se e fazer enxergar a beleza nas diferenças, em prol de uma educação respeitosa com base no diálogo e no respeito mútuo.

Palavras-chave:

Preconceitos. Sociolinguística. Múltiplas linguagens.

ABSTRACT

The theme about the use of multiple languages with in and outside the school as an instrument of intimidation and preconceptions requires that we have as an initial point of view, the conviction that the problem of violence is being presented in our society, and we are acquiring more and more importance and drama. The objective of this research is to promote a reflection on the different languages with in and outside the school, with the aim of contributing to an effective awareness and application of a

pedagogy of a dialogic education based on new reflections on the subject. The present study, of a qualitative nature, is ready to interpret phenomena, offering attributions and meanings in a process that is characterized as descriptive, in order to delineate the characteristics of the phenomenon of two different types of violence, clarified after a bibliographic review (GIL, 2012). The analyzes carried out in this study are aimed at verifying how ideas about the phenomenon of physical, verbal and symbolic violence are propagated in the school, passing through linguistic and racial preconceptions. On purpose, it is not to criticize the current situation of education, but to verify existing loopholes in the banalization of the violent languages of silence, practiced at school. It is considered that the multiple languages mediated in the schools need to overcome the preconception/racism, and that we can and should be part of the teacher's planning, as well as clarifications and studies on sociolinguistics and the linguistic preconception. In search of being able to exercise beauty in differences, in prol of a respectful education based on no dialogue and no mutual respect.

Keywords:

Preconceptions. Sociolinguistics. Multiple languages.

1. Introdução

Essa temática exige que se tenha como ponto de vista inicial a concepção de que a problemática da violência vem se apresentando em nossa sociedade.

Segundo pesquisas realizadas, a violência já nasce com o homem e se manifesta com a família refletindo-se no ambiente educacional e ele faz o uso da linguagem para se comunicar, e, portanto, o uso indevido de algumas manifestações de violência. São várias as problemáticas que implicam do ponto de vista da prática educativa e suas manifestações dentro e fora do espaço escolar. Isso tem preocupado especialmente pais e educadores brasileiros ressaltando a necessidade da abordagem da temática.

Dentro de tal contexto, esse trabalho pretende levantar questões que possam contribuir para uma reflexão do fenômeno violência e suas implicações na prática pedagógica nas escolas acometidas de modo geral entre os alunos. Essa temática tem por finalidade provocar uma discussão sobre o que pensam os teóricos em relação às linguagens violentas dentro e fora da escola, fazendo parte do cotidiano escolar.

Desde a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, estendendo por toda a vida escolar, as crianças e jovens estão vulneráveis a conviver com todo tipo de violência em relação ao preconceito linguístico, *bullying* linguístico, racismo estrutural, entre outros.

A justificativa do trabalho compreende-se de que não cabe mais na escola nenhum tipo de preconceito quando se prima por uma educação de

respeito.

O objetivo é trazer uma reflexão acerca da presença das diferentes linguagens dentro e fora escola, com a finalidade de contribuir para a efetiva conscientização e aplicação de uma pedagogia de paz, fundamentada em novas reflexões sobre o tema.

A metodologia contemplou os estudos de Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica implica em um trabalho exploratório descritivo, complementado também pelos estudos do Gil (2002). A pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira contempla os estudos sobre as linguagens permeadas pela escola e as variações linguísticas e a segunda parte busca elucidar o preconceito linguístico e o racismo estrutural gerando violência na escola. Em seguida, o presente trabalho apresenta uma breve análise documental e resultados sobre as práticas de constrangimento na escola.

Por fim, são apresentadas a metodologia, os resultados, as considerações finais e as devidas referências. Não se pretende esgotar as discussões, mas sim provocar reflexões sobre as linguagens preconceituosas e violentas que permeiam a escola, problematizando a banalização da mesma que não cabe mais na sociedade.

2. Referencial teórico

2.1. As Linguagens permeadas pela e as variações linguísticas

O ambiente escolar é um local propenso à ocorrência de manifestações linguísticas diversas. Isso porque, tanto os alunos quanto os professores estão inseridos em comunidades de fala e pronunciam-se de acordo com suas particularidades sociais, culturais e também econômicas. Fiorin (2008) em sua obra: *Linguagem e Interdisciplinaridade* corroboram com essa pesquisa quando afirma que:

A linguagem é onipresente na vida de todos os homens. Cerca-nos desde o despertar da consciência, ainda no berço; segue-nos durante toda a nossa vida, em todos os nossos atos, e acompanha-nos até na hora da morte. Sem ela, não se pode organizar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os seres humanos e a troca de informações e experiências. Sem ela, o homem não pode conhecer-se nem conhecer o mundo. Sem ela não se exerce a cidadania, porque ela possibilita influenciar e ser influenciado. Sem ela não se pode aprender. Sem ela não se podem expressar sentimentos. Sem ela, não se podem imaginar outras realidades, construir utopias e sonhos. Sem ela não se pode falar do que é nem do que poderia ser.

O linguista Louis-Jean Calvet (2012) afirma que essas variações no uso da língua e o prestígio de uma em detrimento de outra, é, de certo modo, natural, tanto do ponto de vista linguístico quanto social.

Se os usos variam geograficamente, socialmente e , a norma espontânea varia da mesma maneira: não se tem as mesmas atitudes linguísticas na burguesia e na classe operária, em Londres ou na Escócia, hoje e cem anos atrás. Aqui, o que interessa à sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar. De fato, ela pode desenvolver dois tipos de consequência sobre os comportamentos linguísticos: uns se referem ao modo como os falantes encaram sua própria fala, outros se referem às reações dos falantes ao falar dos outros. Em um caso, se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo prestigioso; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar. (CALVET, 2002, p. 68-9)

Sendo assim, podem-se perceber as múltiplas linguagens humanas e as diferentes manifestações linguísticas dentro e fora da escola. Partindo do princípio de que “as línguas são constitutivamente heterogêneas” (CASTILHO, 2010, p. 197) e que “o monolinguísmo é uma ficção” (BAGNO, 2015, p. 27), afirma que é correto afirmar que qualquer idioma apresenta uma série de variantes, a depender dos aspectos individuais, sociais, culturais, geográficos, econômicos, etc. referentes aos seus falantes.

A sociolinguística procura estabelecer as fronteiras entre os diferentes falares de uma língua. O texto acima corrobora com os estudos da Sociolinguística Variacionista, que estuda a língua em uso em uma comunidade linguística. Essa língua é heterogênea, ou seja, não é falada da mesma forma por todos os membros da comunidade. Cada comunidade de fala possui características linguísticas que a distingue das outras (Cf. CALVET, 2002).

O papel da escola no ensino da língua é ensinar e propor a reflexão da norma padrão, sem que haja rejeição ao dialeto utilizado pelo aluno em sua comunidade de fala, com esses estudos teóricos é possível perceber que a linguagem não está restrita ao campo da gramática formal, mas sim a constituição de sentidos nas diferentes culturas.

No entanto, apreende-se, a partir dos estudos teóricos e práticos aqui expostos, há relevantes contribuições para a construção de uma proposta pedagógica respeitosa, garantindo a sua conscientização, passo fundamental para superação da violência nas unidades escolares que já se tornaram atos de incivilidade.

As incivildades caracterizam-se pelas micro violências, humilhações, falta de respeito e/ou desprezo silencioso pelo aluno ou entre os alunos. Muitas vezes invisíveis aos olhos dos atores que convivem na escola. Elas não se pautam pelo uso da força física, mas podem ferir profundamente, minando a autoestima das vítimas e fomentando sentimentos de insegurança acentuando o silêncio e exclusão.

Para Cubas (2006): “trata-se da violência implícita que ocorre na escola e que: continuamente, impede a construção de relações de confiança, e companheirismo, favorecendo o sentimento de medo e exclusão no ambiente escolar”. Ou seja, abarca consequências graves, promovendo o desinteresse pela escola, o déficit de concentração e aprendizagem, o absentismo e a evasão escolar.

Apesar de ser um ambiente barulhento, o Ferrarezi (2014) afirma que diante desse cenário, o excesso de barulho também pode ser uma forma de amenizar o incômodo causado por saberes estranhos e não apropriados. Os saberes sem significados, se o aluno não pode se expressar e o diálogo não o convenceu, ele grita, ele fala alto, ele se revolta e reproduz a violência acometida a ele quando ele não pode se comunicar. A concepção de formação humana do autor é explicitada em sua afirmação:

Gosto da ideia de uma “*homo communicans*” no sentido de um homem que sabe algo e que consegue expressar esse algo que sabe na mesma medida em que consegue ampliar o que sabe, porque é hábil em relação a aprender aquilo que os outros lhe comunicam. (FERRAREZI Jr, 2014, p. 68)

O problema do silenciamento da cultura do aluno desperta o preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais e comportamentos que devem ser enfrentados na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença e de fato inclusiva.

Essa problemática do preconceito deve fazer parte das discussões cotidianas da escola, para que os alunos negros se encorajem de se assumirem como o são, e assim, terão o respeito dos demais, fazendo com que seu percurso dentro da escola seja prazeroso, permeado de experiências positivas e apreensão de novos saberes. Não um lugar traumático onde chacotas, apelidos e a exclusão se sobreponham e os levem a desistência do ambiente escolar. Para Munanga (2005):

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça dos professores e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes

ascendências étnico-raciais, sociais e outros, desestimulam o aluno negro e prejudica seu aprendizado, o que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do aluno negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 2005, p. 16)

Os usos da linguagem e comportamentos enraizados são pontuados pelo autor quando ele pontua que “Se a linguagem possui diferentes funções, associadas a comportamentos enraizados na vida social que transcendem a mera transmissão de informações (...)” (MARTELOTTA, 2011, p. 31).

No próximo tópico pretende-se apresentar diferentes concepções dos autores sobre o preconceito linguístico e o racismo estrutural gerando violência na escola por meio da linguagem que ainda permeia a escola de diferentes maneiras.

2.2. O preconceito linguístico e o racismo estrutural gerando violência na escola

O preconceito linguístico é conhecido como a maneira pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas é discriminado pela forma de falar. Esse preconceito é cometido por indivíduos que se comportam através de ações que tendem a ridicularizar a pessoa atingida como, por exemplo, zombar de quem fala errado, discriminando e ofendendo a vítima, bem como expor uma pessoa negativamente em razão da dificuldade de pronúncia de determinadas palavras e do repertório não comum ao estabelecido no contexto social vivido (Cf. LAPERUTA-MARTINS, 2017).

No ambiente escolar, as incivildades incluem pequenos atos de agressividade, quebrando regras que raramente são penalizadas, sendo tratadas como delitos ou comportamentos naturais de determinadas fases de idade. Insultos, intimidações e apelidos cruéis e constrangedores magoam, hostilizam e ridicularizam alunos, os levando à exclusão, além dos danos físicos e morais. Algumas dessas manifestações caracterizam os comportamentos chamados *Bullying*.

Amorim e Rocha (2020, p. 4) destacam que (...) “a prática do preconceito/discriminação contra determinada língua ou variação linguística recebe o nome *de bullying* linguístico”. As autoras também chamam a atenção em sua pesquisa a respeito da nitidez dos efeitos negativos desse tipo de *bullying* no ambiente escolar.

Rocha (2020) ainda discorre o termo *bullying* linguístico da

seguinte forma:

[...] adotamos o termo *bullying linguístico* como sinônimo de *preconceito linguístico* por considerarmos que ele caracteriza de uma forma mais apropriada as atitudes discriminatórias sofridas e/ou cometidas especificamente no ambiente escolar, uma vez que, ao tornarmos o signo linguístico *bullying* somos, de imediato, transportados para uma área semântica que se relaciona com a realidade escolar. Apesar de esta palavra não integrar dicionários de língua portuguesa, ela vive, sem dúvida, na sociedade do século XXI, sendo atualizada na sua forma original, pelos falantes. (ROCHA, 2020, p. 318)

A mesma autora demonstra ainda mais a sua insatisfação quanto à existência do preconceito/*bullying* linguístico especificamente no ambiente escolar, chamando a atenção da responsabilidade dos professores no combate a esse tipo de agressão, por serem formadores de opinião. É importante que os docentes levem a comunidade escolar a reflexão de atitudes que venham respeitar as diversidades regionais e culturais de cada comunidade (Cf. ROCHA 2020).

Em seguida, o presente trabalho apresenta uma breve análise documental e resultados sobre as práticas de constrangimento na escola.

3. Análise documental e resultados sobre as práticas de constrangimento na escola

Neste tópico elencaram-se diferentes documentos que visam minimizar e proteger as crianças e os adolescentes de qualquer tipo de violência dentro e fora da escola. O Conselho Nacional de Justiça (2010) publicou a cartilha *Bullying Justiça nas Escolas*. Nesta cartilha, o CNJ informa as formas de *bullying*:

* Verbal (insultar, ofender, falar mal, colocar apelidos pejorativos, “zoar”)
• Física e material (bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences da vítima) • Psicológica e moral (humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar) • Sexual (abusar, violentar, assediar, insinuar) • Virtual ou *Cyberbullying* (*bullying* realizado por meio de ferramentas tecnológicas: celulares, filmadoras, internet etc.). (CNJ, 2010, p. 7)

É importante também destacar a existência da Lei nº 13.185/2015, que instituiu o programa de combate à intimidação sistemática (*bullying*). Segundo esta lei:

Considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL,

Observa-se que o termo *bullying* linguístico não foi mencionado na cartilha do CNJ, porém, pode-se verificar esse *bullying* na forma verbal ou moral, dependendo da ação praticada pelo autor do *bullying*. A cartilha ensina meios para identificação do *bullying* e para preveni-lo. A Lei n. 13.185/2015 classifica em seu artigo 3º o *bullying* verbal, moral, sexual, social, psicológico, físico, material e virtual (Cf. BRASIL, 2017).

De igual modo, ao analisar a lei de combate ao *bullying*, é possível verificar que, apesar de o termo *bullying* linguístico não ter sido inserido nesta lei, este tipo pode ser praticado por meio de humilhações e discriminações que resultem em insultos pessoais, comentários sistemáticos, apelidos pejorativos e expressões preconceituosas contra pessoas que tenham alguma dificuldade na fala, ou falam errado, ou outras situações semelhantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90, é a legislação brasileira que garante e determina a proteção integral dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Dentre os direitos fundamentais garantidos, estão o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, essenciais no ambiente escolar.

Segundo o artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, (...) a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (Cf. BRASIL, 2017).

Sobre a dignidade, a lei estatutária ainda destaca: “(...) é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 2017, p. 7).

Analisando os artigos mencionados, verifica-se a necessidade de aplicação efetiva dos mesmos na esfera da educação. O direito à educação visa o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, logo, devem ser permanentemente combatidos nas unidades escolares todos os tipos de *bullying*, incluindo o linguístico.

Um dos princípios orientadores do ECA é o da corresponsabilidade, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 8.069/90, que determina o dever da família, da comunidade e do Poder Público, de assegurar com prioridade absoluta a efetivação de direitos fundamentais de crianças e adolescentes,

como a educação, a dignidade, o respeito e a liberdade (Cf. AMIN, *et al.*, 2018).

Nesse sentido, de grande relevância são as ações informativas e preventivas ao *bullying* linguístico, que devem ser promovidas e orientadas pelos professores, estimulando todos os alunos a respeitarem mutuamente as individualidades, as diversidades, as influências regionais e culturais de cada estudante, que poderão ser percebidas nas falas, no pronunciamento de determinadas palavras, nos sotaques.

Outro problema lamentavelmente presente na comunidade escolar é o racismo estrutural. Em matéria para a Revista Brasil Escola, o professor de sociologia Porfirio (2021, [s.p]) explica que “racismo é a denominação da discriminação e do preconceito (direta ou indiretamente) contra indivíduos ou grupos por causa de sua etnia ou cor.” Para o sociólogo, racismo estrutural “trata-se de um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido em nossos costumes e que promove, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial”.

No ambiente escolar, o racismo estrutural pode ser observado através de ações como o preconceito e a discriminação contra cortes de cabelos ou penteados afros, como o *blackpower*, exemplifica o sociólogo. Esses comportamentos racistas podem ter como vítimas tanto alunos quanto professores e, em se tratando de uma prática sistêmica pode ser também considerada *bullying*.

Neste sentido, Gomes, (2005) chama atenção a respeito do ambiente escolar ser um local de reflexões a respeito do preconceito racial. Segundo a autora, a escola deve debater aspectos ligados à formação humana, dentre os quais questões relacionadas ao racismo.

Riedemann e Stefoni, (2015) também reconhecem que a escola é o local fundamental para que haja educação antirracista, sendo assim, para que ocorra esse tipo de comportamento é necessário o reconhecimento de fato que o racismo se faz presente no ambiente escolar.

O fato é que dentro e fora do ambiente escolar, muitas vezes o *bullying* racial é visto como apenas uma “brincadeira”. Neste sentido, Almeida (2013) explica:

A nossa suposta democracia racial transformou os insultos pejorativos em brincadeiras e relações amistosas, como é o caso dos programas de humor, que ridicularizam constantemente as características negras. Nesse caso, o que provoca riso é o erro do outro ou aquilo que ele tem de “errado”. E, no corpo negro, o cabelo, os lábios, o nariz e a cor são considerados “errados”.

O certo, pois, é ser (ou ter características de) branco. (ALMEIDA, 2013, p. 43)

De fato, percebe-se ainda na sociedade comportamentos que querem naturalizar ações racistas em brincadeiras, mas esse comportamento é inadmissível e precisa ser combatido.

Segundo Ferreira e Camargo (2011), ações discriminatórias na comunidade escolar têm ocasionado sofrimento nos discentes, especialmente, os negros. A escola deve ser um espaço para formação da identidade pessoal, e não um cenário para a prática criminosa. Lembrando que racismo é crime imprescritível e inafiançável.

Sobre a garantia de direitos fundamentais e a proteção integral de crianças e de adolescentes, vale ressaltar o artigo 3º do ECA:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 2017, p. 2)

Verifica-se expressamente na lei que são abomináveis todos os tipos de discriminações contra crianças e adolescentes, devendo ser prevenida e combatida a discriminação de raça, etnia ou cor, e todas as demais.

Destaca-se ainda que, dentre os objetivos legais do programa de combate à intimidação sistemática, estão a capacitação de professores e equipes pedagógicas para implementação de ações de debate, orientação e busca pela solução do problema do *bullying*; a implementação de campanhas educativas, de conscientização e informação; a promoção do exercício da cidadania, a capacidade de empatia e o respeito às pessoas, buscando desenvolver uma cultura de paz e mútua tolerância (Cf. BRASIL, 2017).

Segundo Fiorin, “(...) o discurso com apreciação admirativa dialoga com o discurso com entonação desdenhosa, um constitui-se a partir do outro” (FIORIN, 2011, p. 2). É por esse motivo que o respeito ao outro deve ser contemplado na escola cotidianamente para combater as microviolências normalizadas na e pela escola.

Isto posto, constatou-se que os alunos precisam de motivação e respeito de se sentirem pertencidos ao grupo, eles precisam despertar interesses internos para aprender com autonomia, com confiança em seus atos, sem preocupação com a punição do erro.

4. Metodologia

Metodologicamente foram selecionados os estudos conforme Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica implica em um trabalho exploratório descritivo, que tem por objetivo a busca por soluções de um problema de um objeto de estudo e que, por isso, não pode ser uma pesquisa aleatória. Deste modo, o presente trabalho se trata de uma revisão bibliográfica. Assim, o método de pesquisa escolhido será o bibliográfico sugerido por Gil (2002):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

Portanto, na presente pesquisa utilizou-se como metodologia a análise qualitativa das literaturas consultadas, As discussões propostas nos tópicos descritos no decorrer da pesquisa foram amparadas pelas abordagens de diferentes teóricos.

5. Resultados

As análises realizadas no presente estudo se deram com a finalidade de verificar como as ideias sobre o fenômeno da violência física, verbal e simbólica se propagaram no ambiente escolar, perpassando pelo preconceito linguístico e racial.

Foi feita concomitantemente uma análise documental sobre as leis implementadas visando minimizar esse tipo de violência, em prol de uma educação mediada pelo respeito nas unidades escolares brasileiras.

Como resultado da pesquisa constatou-se que existem também outros tipos de preconceitos de maneira efetiva, como por exemplo: a gordofobia, a homofobia, a xenofobia, entre outras, que exige não só conscientização e diálogo, mas também a formação, para que os professores e

alunos tomem conhecimento sobre os seus usos de maneira adequada.

Sendo assim, buscou-se neste estudo observar vários aspectos e a real necessidade sobre uma mudança de comportamento que abrange desde a escola à convivência social tomando por base o diálogo e a empatia.

6. Considerações finais

Considera-se que as múltiplas linguagens mediadas nas escolas precisam vencer o preconceito/racismo pode fazer parte do planejamento do professor, bem como esclarecimentos e estudos sobre a sociolinguística e o preconceito linguístico. Em busca se e fazer enxergar a beleza nas diferenças em prol de uma educação respeitosa para o diálogo é papel de todos, e deve ser prioridade de toda a comunidade escolar.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado, pois apresentou-se a concepção dos diferentes tipos de violência refletiu-se sobre a temática e a importância das diversas linguagens mediadas na escola e fora dela.

Constatou-se que escola, na maioria das vezes fecha os olhos a um problema tão sério e delicado, que muitas vezes se instala nas entrelinhas das linguagens permeadas pela escola de maneira negativa, para não ter que enfrentar problemas cotidianos naturalizados pela sociedade e pela própria escola.

Tanto a escola pública quanto a particular tentam evitar ao máximo enfrentar um problema tão grave quanto as violências dentro e fora da escola evidenciando o preconceito linguístico, a discriminação racial e o *bullying*, mas que, de alguns anos para cá, com o assunto em voga, não há mais como fechar os olhos para uma situação que está em evidência e naturalizada.

Isto posto, pode-se afirmar que a linguagem do preconceito arraigado é estrutural, deve-se insistir na desconstrução histórica. Portanto, permeadas pelas atitudes verbais ou silenciosas de maneira criminosa, que possam ser substituídas por linguagens que venham primar pelo respeito e pela paz em busca de uma vida escolar menos excludente e intolerante por meio do diálogo e conscientização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. M. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 21-47

ALMEIDA C. M. C. *Racismo na escola: um estudo da Linguagem racista e suas implicações no contexto escolar da UEB*. Gonçalves Dias de Açailândia-MA. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão – Programa de Pós Graduação em Educação. Maranhão-MA, 2013. 139p. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/260>. Acesso em: 28 nov 2022.

AMIN, A. R. *et al. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. Coordenação MACIEL, K.R.F.L.A. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

AMORIM, L. L. S.; ROCHA, P. G. Língua e discriminação: os caminhos para uma educação linguística inclusiva. In. XXI Semana de Letras – FAALC/UFMS, 2019, Campo Grande. *Anais do III Seminário Internacional de Estudos de Linguagens*, p. 1-9, Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/SIEL/issue/view/543>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BAGNO, M. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: STUBBS, M.; GAGNÉ, G. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2002. p. 13-84

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, Rio de Janeiro, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. Parábola, São Paulo, 2004.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL, *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. Brasília, 2005. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/imagens/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003. Acesso em: 20 nov. 2022.

CALVET, L. J. *Sociolinguística, uma introdução crítica*. São Paulo:

Parábola, 2012.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do Português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

CUBAS, V. de O. Violência nas escolas. In: RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V.O. *Violência na escola: Um guia para pais e professores*. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 23-52

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERRAREZI JÚNIOR, C. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino da língua materna*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. *Revista Psicologia: ciência e profissão*, 31(2), p. 374-89, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Cpp-ZVmLfcPhtFr7WCNPgqGq/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística*. V. 1, 2, ano 2003. <https://docero.com.br/doc/18sx15>. Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. Acervo eletrônico. São Paulo: Ática, 2011.

_____. *A linguagem humana: do mito à ciência*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Linguagem e interdisciplinaridade*. 103105 Jun 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517106X2008000100003> e <https://www.scielo.br/j/alea/a/nTDjhCdwBqjsFGYct5ckdcd/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate entre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62

LAPERUTA-MARTINS, M. Preconceito linguístico, origem na sociedade e término na escola. *Revista Observatório*, v. 3, n. 1, p. 305-26, Palmas, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2887> Acesso em: 25 nov. 2022.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katálysis*, v. 10, n. spe, p. 37-45, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S14144980200700300004> &lng=pt\nrm=iso. Acesso em: 24 nov. 2022.

MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. 2. ed. Contexto. São Paulo, 2011.

MUNANGA K. *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

PORFÍRIO, F. “Bullying”. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasil-escola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>. Acesso em 24 nov. 2022.

RIEDMANN, A.; STEFONI, C. Sobre el racismo, su negación y las consecuencias para una educación anti-racista en la enseñanza secundaria chilena. *Polis revista latino-americana*, 42, p. 191-216, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682015000300010>. Acesso em: 24 nov 2022.

ROCHA. P. G. Multilinguismo e “bullying” linguístico em escolas da fronteira Brasil/Paraguai: aspectos sociolinguísticos, *Revista do Centro de Letras e Comunicação*, n. 36, Pelotas, jan/abr. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342090595>. Acesso em: 20 nov 2022.

SILVA, M. J. ; VALIENGO, A. O desenvolvimento da oralidade na educação infantil. *Revista Interfaces*, n. 2, p. 21-4, 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/4637518/o-desenvolvimento-da-oralidade-na-educacao-revista-interfaces/4>. Acesso em: 20 nov 2022.

VERNEQUE, R. G. *A roda da conversa como elemento da rotina e do desenvolvimento para crianças de 5 anos de idade*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva, 2014. 33f. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/site/e/pedagogia->

5-edicao-novembro-de-2014.html Acesso em: 26 nov. 2022.

Outra fonte:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A. B. B.SILVA. *Bullying*. Justiça nas escolas. 1. ed. Cartilha 2010.